

CAPÍTULO 5.2.

A culturalização urbana à pequena escala. A intervenção artística urbana como ação política

Urban Culturalization at the Small Scale: urban artistic intervention as political action

Rita HENRIQUES^{261.)}

Resumo

Enquadrada num sistema económico que privilegia tendencialmente a produção e o consumo de experiências, a vivência urbana é, crescentemente, uma experiência culturalizada. Neste contexto, as estratégias de culturalização tornam-se uma base para projetos mais alargados de desenvolvimento socioeconómico. Destas estratégias fazem parte intervenções artísticas que, ao atuarem no espaço público, inevitavelmente ganham uma dimensão política, uma vez que interferem diretamente na produção de significados e apontam para formas alternativas dos espaços, suas vivências e apropriações. Porém, estas propostas assumem um carácter ambivalente, constituindo uma ação combativa e reivindicativa que politiza o espaço público, e contribuindo simultaneamente para limitação e privatização dos seus usos. A partir do caso específico dos Jardins Efémeros, em Viseu, propomo-nos a analisar os contornos de que se revestem estas intervenções e a forma como, em conjugação com outras estratégias, constituem uma ação política e (des)politizante do espaço.

Palavras-Chave: culturalização urbana, pequenas e médias cidades, ação política, Jardins Efémeros, Portugal

Abstract

Framed in an economic system that privileges the production and consumption of experiences, urban experience is an increasingly culturalized one. In this context, culturalization strategies become a basis for broader social and economic development projects. These strategies include artistic interventions which, while intervening in the public space, inevitably gain a political dimension, as they directly interfere in the production of meanings and point to alternative spatial configurations, experiences, and appropriations. However, these proposals acquire an ambivalent quality, forming a combative and demanding action that politicizes public space, and simultaneously contributing to the limitation and privatization of its uses. Based on the specific case of Jardins Efémeros in Viseu, we propose to analyze the contours of these interventions and the way in which they constitute a political and (de)politicizing action of space in conjunction with other strategies.

Keywords: urban culturalization, medium and small cities, political action, Jardins Efémeros, Portugal

^{261.)} Universidade de Coimbra, Portugal. E-mail: ritahenriques0692at@gmail(dot)com



1. Estratégias de culturalização em pequenas e médias cidades

As relações com o espaço urbano são crescentemente culturalizadas, mediadas por um ideal de fruição estética do espaço urbano, onde se multiplicam as oportunidades para a sua produção e consumo mediante ações de estetização do espaço, de modelação dos seus significados e usos e de criação de ambiências convidativas. Esta tendência relaciona-se com processos mais alargados de estetização da economia e da vida quotidiana, associados à condição pós-moderna (Harvey, 1989) e que têm consequências diretas para a forma como são produzidos e consumidos os espaços urbanos. Neste contexto, caracterizado pela dilatação das esferas da cultura e das artes, pela diluição de fronteiras entre estilos, entre a arte e a vida quotidiana e entre cultura de massas e cultura popular, e pelo carácter efémero, cosmopolita e voraz dos consumos (Harvey, 1989; Bauman, 2011; Lipovetsky, 2017), ganha importância um tipo de economia simbólica (Zukin, 1995), orientada para a produção dos espaços como símbolos da cidade e da sua cultura e para a produção e circulação desses símbolos como mercadorias. A valorização dos aspetos simbólicos e imateriais da experiência urbana reflete a sua tendencial culturalização, orientada por um conjunto de processos que, de forma concêntrica, para ela concorrem: a semiotização (concentração das qualidades simbólicas dos espaços urbanos), a historicização reflexiva (apropriação renovada do património histórico da cidade, harmonizado com as diferentes valências dos espaços) e a estetização (concentração de ambiências sensitivas e afetivas, independentemente das funções práticas e quotidianas dos espaços) (Reckwitz, 2017). Assim, a cidade culturalizada é uma cidade em que as ambiências são produzidas e (re)criadas através de um investimento sensorial do espaço, de uma mobilização de imaginários e de um cruzamento das suas qualidades simbólicas e estéticas e das suas possibilidades de apropriação social.

Para além de corresponderem a novas formas de consumo cultural e de fruição do espaço, os processos de culturalização traduzem uma estratégia de reposicionamento ao nível do planeamento urbano, adquirindo especial visibilidade em centros urbanos de pequena e média dimensão. Tradicionalmente conceptualizadas por oposição ao imaginário da grande cidade, as cidades de menor dimensão encontram-se num período de transição, procurando afastar-se desta dicotomia redutora da sua complexidade e das suas possibilidades enquanto detentoras de um lugar económico, cultural e social próprio, entre o local e o global, o urbano e o rural (Bell & Jayne, 2006; Hardoy & Satterthwaite, 1986). Neste contexto, a competição interurbana por recursos económicos, infraestruturais e humanos, a par das tendências mais alargadas de estetização da economia e da vida quotidiana, reforçam a necessidade de construção de um sentido de lugar (Duxbury, 2012), que assentará num equilíbrio entre a modernização e reinvenção da imagem da cidade e a referência às suas tradições. Aqui, as práticas culturais são vistas como ferramentas indispensáveis para alavancar não só o desenvolvimento económico e a atratividade das pequenas e médias cidades, mas também um sentido de pertença e o reforço de elos entre a comunidade e os espaços e dos seus potenciais simbólicos. Assiste-se, portanto, no panorama das pequenas e médias cidades portuguesas, a uma culturalização inédita, presente tanto em discursos como em iniciativas, sejam elas políticas, económicas ou simbólicas (Conde, 1996) que se focam na crescente culturalização do espaço público através de estratégias específicas que, embora mobilizadas por diferentes atores, se orientam para a valorização e para a qualificação estética dos espaços da cidade. Estas estratégias estruturam-se em torno de dimensões distintas, como a requalificação estetizante e turistificante dos centros históricos, a atri-



buição de centralidade à cultura nos planos de desenvolvimento local, a festivalização do espaço público e da cidade e a intervenção artística no espaço. No seu conjunto, todas elas concorrem para valorização exponencial das características simbólicas da cidade, projetando-a como uma cidade estilizada, na qual os significados atribuídos à matéria da cidade, à definição de políticas públicas e ao modo como os sujeitos se relacionam entre si e com o espaço ganham uma maior importância, sobretudo aqueles que são mediados por ações instituídas e formalizadas.

É neste terreno que se estabelece mais visivelmente a tensão entre dois principais regimes da culturalização: por um lado, segundo as lógicas do mercado, da economia simbólica e da política cultural urbana tecnocrática, os centros históricos são enquadrados como lugares gentrificados, estetizados, turistificados, votados ao entretenimento e ao consumo simbólico e lúdico; por outro, segundo uma lógica de intervenção cultural independente, como lugares de reinvenção das pertencas, das apropriações e das identificações com o espaço por parte da comunidade local, através de projetos de mediação artística e cultural. Na tensão entre estes dois regimes, ocorrem formas de politização e despolitização que se refletem nas relações sociais e espaciais que este dispositivo de culturalização determina.

Uma das principais tensões observadas neste cruzamento prende-se com a criação de consensos e dissensos. Swyngedouw (2007) refere-se à criação de consensos como condição para a despolitização do espaço público e para a evacuação da dissidência. De acordo com o autor, num momento em que vários atores da cidade, pesem embora as diferenças entre as lógicas pelas quais se orientam, identificam como objetivo comum a criação de uma imagem de uma cidade criativa, dinâmica e atrativa, as novas formas de governança urbana focam-se em consensos e negociações de interesses entre os mesmos, desde o sector privado (o mercado), o sector público (o poder local) e o terceiro sector. Esta ordem aparentemente inclusiva e consensual define, segundo Swyngedouw, a condição pós-política. Esta condição associa-se à adaptação da cidade às estruturas económicas neoliberais, que as enquadram como espaços de consumo, competição e exibição. No entanto, a existência de consensos não significa a ausência de tensões e conflitos (Rancière, 2010) e, com efeito, nas pequenas e médias cidades, a fraqueza do envolvimento do sector privado em matérias culturais, a debilidade da sociedade civil e a centralidade da ação municipal não deixam de criar desencontros e desequilíbrios. Tendo em conta que ambos os regimes elegem o espaço público como lugar de intervenção, os mesmos denunciam visões específicas daquele e da cidade, sendo a primeira definida politicamente e a segunda frequentemente definida como alternativa à primeira.

2. A intervenção artística como ação política

O espaço público urbano situa-se numa junção paradoxal entre uma grande centralidade e visibilidade no contexto dos processos de culturalização, e uma crescente erosão da sua dimensão pública enquanto espaço de ação política ou, pelo menos, da sua possibilidade. De acordo com Narciso (2009), o espaço público é a condição do nascimento do espaço político, entendido como lugar de encontro e discussão pública de assuntos do interesse comum (Habermas, 1991; Arendt, 2001), de manifestação de grupos culturais ou sociais (Indovina, 2002) e de reconhecimento mútuo de legitimidades. Contudo, algumas das estratégias associadas aos processos de culturalização urbana podem influir sobre a dimensão social do espaço público, ao reforçarem a proliferação de espaços



privados e ao reduzirem as potencialidades do mesmo a projetos de urbanismo (Narciso, 2009), condicionando, conseqüentemente, as possibilidades do seu uso e apropriação. Por sua vez, é nessa possibilidade de apropriação que se encontra o eixo da conceção política do espaço. Ao pensarmos o espaço público como aquele que, sendo de uso comum, pertence ao poder público, a sua apropriação de forma não institucionalizada constituirá sempre uma ação política, atribuindo-lhe novas dimensões simbólicas. Se o espaço público é um recurso e um projeto, as suas configurações são o resultado dos interesses e das necessidades daqueles que o consomem e que dele se apropriam, refletindo não só um contexto social e económico específico, mas também um conjunto de aspirações comuns.

As intervenções artísticas no espaço público têm um papel formativo na constituição da vida social e na organização espacial da cidade, responsabilizando-se também pela gestão das suas realidades e possibilidades sociais e políticas (Möller, 2016) e por questões como a construção ou consolidação de uma comunidade, ou até o próprio papel dos artistas e da arte enquanto modeladores do desenvolvimento urbano (Miles, 2005). Por intervirem diretamente no espaço e nas discussões públicas, as intervenções artísticas ganham, inevitavelmente, uma dimensão política. Segundo Jacobs (2012), e em oposição à divisão tradicionalmente definida por Habermas entre a seriedade dos assuntos políticos e o entretenimento, existe uma dimensão estética subjacente a todo o discurso público e político. Assim, a esfera pública não é apenas uma arena de deliberação racional, mas sim um espaço de criação, manifestação e contestação simbólica. Ao manusearem linguagens simbólicas, as intervenções artísticas atuam diretamente nos processos de produção de significado, modelando o imaginário social e as formas de organização do espaço. Ao mesmo tempo, estas intervenções acentuam a valência do espaço público enquanto espaço de discussão crítica, de manifestação e de confronto de alternativas, revelando, assim, o seu pendor político. Por outro lado, ao incentivarem a apropriação do espaço por via do fomento de experiências estéticas, estas intervenções constituem e originam ocasiões performativas que sugerem ideais de participação cívica (Peixoto, 2003). Ao reinterpretarem aquilo que era anteriormente visto e percebido, para que novos entendimentos alternativos possam surgir, estas intervenções ganham uma dimensão política (Möller, 2016). Também segundo Lisle (2011), a arte torna-se política porque tem a capacidade de interromper formas familiares de olhar. Estas reinterpretações ajudam a revelar relações de poder existentes nos espaços, bem como modos alternativos de os usar e organizar. Este quadro não invalida que a intervenção artística no espaço público possa reproduzir assimetrias sociais. Para além de continuarem a verificar-se tendências para a privatização dos consumos culturais, dominados por uma lógica de mercado, as intervenções podem desenvolver-se no sentido de criarem ou reforçarem a tendência para a exclusão ou marginalização de determinados espaços, de determinados usos e de determinados utilizadores. Não obstante, a existência de tensões é, segundo Möller (2016), condição para um maior envolvimento do público na obra artística e no próprio espaço, invocando uma postura percetiva mais complexa e participativa.

As intervenções artísticas em espaço urbano adquirem, assim, um carácter ambivalente, gerando, simultaneamente, tendências politizantes e despolitizantes. Estas não são unívocas nem estão necessariamente vinculadas à atuação de um determinado regime de culturalização, esteja ele associado ao poder político e económico local ou às lógicas de atuação do tecido cultural independente e associativo. O reconhecimento do carácter ambivalente das intervenções artísticas permite o estabelecimento de catego-



rias de politização e despolitização que as percorrem, que serão exploradas a partir do caso particular do festival Jardins Efêmeros, em Viseu. Este caso constitui um exemplo da duplicidade subjacente às intervenções artísticas no espaço público: não obstante a sua constituição enquanto atos de resistência ou de subversão de discursos e modelos totalizantes e despolitizantes de desenvolvimento urbano local, podem igualmente reforçar os discursos e tendências limitadoras da sua experiência enquanto espaço político.

2.1. Jardins Efêmeros – exemplo de um dispositivo de culturalização

Desde 2011, o festival multidisciplinar, fruto da iniciativa da associação cultural independente Pausa Possível, tem vindo a ocupar espaços variados do Centro Histórico de Viseu (CHV), dos mais centrais e icónicos aos mais marginalizados e devolutos, concorrendo para a sua culturalização e da sua experiência ao sublinhar as suas qualidades estéticas, ao sobrepor linguagens simbólicas e ao repensar e propor usos e valências alternativas dos espaços. O CHV tem vindo a ser alvo de discursos dissonantes, que o enquadram simultaneamente como um lugar aglutinador de uma memória e de uma identidade coletivas, onde se encontra uma reserva de potencial para o desenvolvimento local, e como um lugar esquecido e degradado, sendo que ambos os enquadramentos motivam ações que visam a sua regeneração física e social. O festival Jardins Efêmeros (JE) constitui uma dessas ações, integrando na sua programação um conjunto de responsabilidades ligadas a objetivos de desenvolvimento do espaço físico e do tecido social do CHV. O caso dos Jardins Efêmeros é, então, exemplificativo de uma intervenção artística que se constitui como agente modeladora da experiência do espaço da cidade e, portanto, como ação política. No entanto, o festival articula-se com outras estratégias de culturalização na cidade que a ajustam a um modelo de desenvolvimento urbano associado ao capitalismo tardio (Swyngedouw, 2007), orientado para a promoção do crescimento económico através do incentivo à criatividade competitiva, à flexibilidade e ao empreendedorismo assentes, entre outros aspetos, numa capitalização dos valores culturais, estéticos e simbólicos do espaço urbano. Se o festival dialoga e concorre, neste sentido, para a produção de uma imagem consensualizada da cidade e, portanto, para a despolitização do espaço e da sua própria intervenção, em que sentidos se pode constituir como ação política e politizante do espaço, e em quais pode culminar no seu contrário?



Figura 61. Categorias de (des)politização identificadas a partir da exploração do caso dos Jardins Efêmeros

Fonte: gráfico elaborado pela autora

A exploração desta questão assenta numa investigação mais alargada acerca dos processos de culturalização nas cidades médias e baseia-se na observação direta da oitava edição do festival, que teve lugar em 2018, bem como na análise qualitativa de entrevistas longas realizadas à organização do festival e a um conjunto de 30 habitantes e comerciantes do Centro Histórico de Viseu²⁶²⁾. Ao longo da análise, faremos uso de alguns destes testemunhos para ilustrar questões específicas.

3. Aspetos da (des)politização

3.1. Despolitização pela via tecnocrática

Enquadrado como repositório de uma identidade urbana comum, o CHV tem vindo a ser alvo de um conjunto de estratégias de culturalização que impõem um determinado imaginário deste espaço, e da cidade no seu conjunto, como um lugar dinâmico e atrativo. Na criação deste imaginário são centrais a cultura e as artes que, em Viseu, têm vindo a ser enquadradas em planos estratégicos de desenvolvimento local. Alguns exemplos são, entre outros, a maior dotação orçamental para as atividades culturais, a promoção de uma agenda municipal de festivais e eventos de animação urbana centrados no CHV, ou o incentivo a ações de recuperação e revitalização desse território. De um modo geral, estas estratégias direcionam-se para a produção de uma atmosfera específica na cidade, que se alinha com valores e procuras associados aos consumos das classes médias urbanas, de turistas e investidores, que privilegiam um uso lúdico do espaço. A imagem da cidade é, assim, curada de acordo com um conjunto de objetivos e metas de desenvolvimento relativamente consensuais, que a alinham com tendências económicas e governativas globais e que criam as condições para a produção de uma cidade pós-política, na qual o espaço para a manifestação de dissensos é reduzido por via de negociação de diferentes interesses com vista ao cumprimento de uma ideia comum de desenvolvimento local.

Existe uma convergência, ainda que tensa, entre a ação do festival e a perspetiva tecnocrática que produz e impõe este imaginário do CHV como um lugar cuja sobrequalificação simbólica se torna palco para os consumos estetizados de uma classe média urbana, reproduzindo uma ambiência estética e um conjunto de códigos a ela associados.



Figura 61. Categorias de (des)politização identificadas a partir da exploração do caso dos Jardins Efêmeros

Fonte: observação direta da 8ª edição dos JE. Fotografia da autora (2018).

²⁶²⁾ As entrevistas foram realizadas presencialmente entre março de 2019 e março de 2020. Os habitantes e comerciantes do CHV serão aqui identificados com as letras "H" e "C", respetivamente, juntamente com o número atribuído aquando da realização das entrevistas.



Desde logo, o programa do festival concorre para a tendencial festivalização do CHV, integrando uma agenda cultural urbana que faz da cidade e do espaço público palco para a produção e fruição experiencial de práticas culturais e artísticas. No entanto, o seu formato e programação reforçam alguns dos efeitos gentrificantes e excludentes que estes planos frequentemente produzem. Algumas das intervenções do festival no espaço público concorrem para a sua adaptação a estruturas e orientações económicas e governativas que reforçam a tendência para a sua privatização e consequente despolitização.

Infelizmente, em Viseu, há pouco espaço público passível de ser habitado ou vivido a custo zero. Se formos à Praça D. Duarte, não há um espaço para nos sentarmos a não ser nos cafés. No Largo Pintor Gata a mesma coisa. Essa necessidade de pensarmos outras vivências para o espaço público é muito importante (Organização dos JE).

Um desses exemplos é o do mobiliário urbano colocado em lugares como o Largo Pintor Gata: embora tenha como intuito a promoção de uma apropriação livre do espaço e a resposta a uma necessidade identificada pela organização do festival e pela comunidade local, estabelece uma continuidade com a esplanada dos cafés, e as pessoas apropriam-se dele para fazer o mesmo tipo de consumo que fariam nas esplanadas. Neste sentido, a intervenção reforça o carácter do espaço público enquanto espaço de consumo e exibição, cuja standardização e privatização podem marginalizar e invisibilizar as vontades e visões da população local.

3.2. (Des)Politização pela via da ambiência estética

A ambiência estética criada pela presença das intervenções artísticas adquire igualmente um carácter ambivalente no que se refere à sua capacidade politizante do espaço. Enquanto intervenções artísticas, subjazem às ações dos JE determinados códigos de decifração, que, por si só, reproduzem tendências de seleção. Por um lado, as propostas do festival orientam-se para as procuras e consumos de um público específico, constituído por indivíduos pertencentes a uma classe média, escolarizada, familiarizada com diferentes linguagens artísticas e capacitada para a sua descodificação. A presença destes públicos reforça um outro tipo de consumos, sendo notória a correlação entre a festivalização de espaço público e o reforço da economia de consumo e diversão noturna. Esta questão é demonstrativa de como a ação do festival, que se pretende disruptiva e transformadora do espaço, pode na verdade reforçar tendências que promovem a sua privatização e que selecionam e excluem determinados segmentos da comunidade local em favor das práticas e consumos culturais de uma outra classe, concorrendo para a sua standardização e reprodução enquanto espaço de consumo e exibição.

Há comerciantes que dizem: 'Não ganhamos nada com isto'. Porque, de facto, quem ganha são os bares e os restaurantes (H2).

É um povo diferente. É uma classe e uma idade diferente. Por isso é que as pessoas que estão no centro histórico não gostam nada daquele barulho (C6).

Por outro lado, existe, da parte da organização dos JE, uma preocupação em estruturar várias camadas de apropriação do programa, sendo que a ambiência e a experiência es-



tética criadas a partir das mesmas são apropriáveis de forma democrática por um número alargado de pessoas. Essa ambiência constitui um tipo de experiência estética que possibilita novos modos de atribuição de sentido e de envolvimento num espaço comum.

Quando há decorações, as pessoas saem de casa. E criam um bom ambiente! Aqueles bancos onde as pessoas podem estar um bocadinho, a conversar. Até porque, antigamente, conhecíamos-nos todos e agora não. E estando ali, nós até começamos a conhecer (H8).

Neste sentido, a ambiência criada adquire um carácter politizante, na medida em que permite uma vivência e apropriação do espaço que, segundo Rancière (2010), constitui uma ação não só política, como democrática: a possibilidade da experiência estética elimina o sentido de “posse” que frequentemente se associa à cultura.

3.3. Politização pela via da disrupção

Uma das intervenções mais mobilizadoras do festival Jardins Efêmeros é a instalação central na Praça D. Duarte que, durante os dias do festival, é ocupada por um “jardim” público que convida à sociabilidade e à apropriação do espaço público mediada pela intervenção artística. A Praça D. Duarte situa-se no coração do CHV e, embora seja um local nobre da cidade, constitui uma área definida pelos consumos privados e pelo trânsito automóvel, o que, aliado à falta de mobiliário urbano, dificulta uma apropriação e vivência do espaço da Praça. Por sua vez, as mudanças na composição social da comunidade do CHV impõem as suas próprias condições à vivência e apropriação do espaço público. Fatores como a multiplicação dos estabelecimentos de diversão noturna ou a expansão do número de alojamentos locais introduzem no tecido social do CHV uma relativa instabilidade em termos de relações de interconhecimento na vizinhança e de hábitos e modos de uso dos espaços que condicionam as práticas de saída e de relação dos membros da comunidade entre si e com o espaço público. Este quadro remete para uma relativa perda da capacidade mobilizadora deste enquanto espaço de aproximação entre pessoas, de discussão de assuntos de interesse comum e de apropriação livre. Um dos intuitos do festival Jardins Efêmeros é precisamente o de reverter o tendencial esvaziamento do espaço público do CHV e acentuar o seu potencial político enquanto lugar de manifestação e discussão de opiniões, ideais e aspirações diversas.



Figura 62. Apropriação pública da intervenção na Praça D. Duarte

Fonte: observação direta da 8ª edição dos JE. Fotografia da autora (2018).





Figura 63. Apropriação de um espaço geralmente dedicado ao trânsito automóvel

Fonte: observação direta da 8ª edição dos JE. Fotografia da autora (2018).

A introdução de um elemento disruptivo no espaço, que suspende os ritmos quotidianos, motiva a aproximação dos sujeitos no espaço público para a discussão desse mesmo objeto. No fundo, esta torna-se uma discussão sobre as valências e possibilidades do espaço e as diferentes aspirações e vontades dos seus utilizadores, sobre as reconfigurações a que é sujeito e quem tem o direito de as fazer. A possibilidade da exploração e apropriação do espaço que a intervenção introduz possibilita tipos de apropriação e de sociabilidade que, embora regulados pela intervenção, escapam às instituídas por um conjunto de políticas de organização e desenvolvimento urbano que resultam na sua despolitização. Neste sentido, o acesso à intervenção artística é, na verdade, acesso ao próprio espaço público.

3.4. Politização pela via da participação

Uma das principais preocupações da arte, especialmente daquela que tem o espaço público como palco, é o cumprimento de valores associados a ideais democráticos, como a relação entre o elitismo e a acessibilidade, a participação, ou o serviço a um interesse comum (Deutsche, 1992, p. 34). As intervenções promovidas pelos Jardins Efêmeros englobam essas mesmas questões, constituindo uma ação política e politizante na medida em que promovem a interrogação e a discussão sobre as mesmas e sobre a reconfiguração dos usos, significados e valências, e o direito à mesma, de um espaço que é entendido como comum. Esta discussão expressa preocupações que, em alguns aspetos, são comuns e, noutros, manifesta os interesses de um determinado grupo: desde os comerciantes que, por um lado, beneficiam do fluxo de pessoas trazido pela intervenção e que, por outro, reclamam as acomodações espaciais que a mesma exige; aos habitantes que usufruem da ambiência e das novas possibilidades de apropriação do espaço, mas que apelam ao respeito pelas horas de descanso. As perceções encontradas são, assim, complexas e multifacetadas, mesmo dentro da mesma amostra, perante uma intervenção que, pela sua natureza disruptiva, não é consensual. No fundo, a intervenção artística constitui um momento de confronto entre as diferentes necessidades, visões e aspirações daqueles que usam o espaço quotidianamente ao reforçar a sua apropriação pública.

No entanto, esse acesso ao espaço público é sempre mediado pela intervenção artística e, conseqüentemente, pelas interpretações de desenvolvimento urbano e social que lhes estão subjacentes e que podem não corresponder às reais necessidades do espaço.

ço e da comunidade, adquirindo um carácter potencialmente impositivo. Porém, é possível encontrar formas de participação ativa por parte dos membros da comunidade que dão aos sujeitos a possibilidade de se auto-representarem e de reivindicarem as necessidades que identificam na sua cidade e no seu espaço de vida. A introdução de um elemento disruptivo, o estabelecimento de uma ambiência convidativa e o reforço do carácter convivial do espaço motiva e promove a discussão de diferentes necessidades, visões e aspirações daqueles que o usam quotidianamente. A sua expressão traduz-se na integração das mesmas na programação do festival, que mobiliza a participação dos residentes e comerciantes do CHV e que, em alguns casos, propõem intervenções. Esta participação reforça o sentido de propriedade e agência por parte dessa população sobre um espaço que entende como seu e sobre cuja configuração assume ter responsabilidade.

A direção dos JE faz sempre 2, 3 reuniões, antes de começar o evento para falar sobre o que é que vai ser feito este ano, como é que vai estar estruturado, de que forma é que o nosso estabelecimento também pode ajudar. É uma vantagem haver esta abertura, para não ser só um evento: vai ser assim. Não, é um diálogo. É democrático. Todos temos voz (C13).

Deste modo, a intervenção artística no espaço público pode constituir-se como uma plataforma de participação cívica e colaborativa, ativando um sentido de cidadania enquanto ação coletiva no espaço que reforça a cidade praticada em detrimento da cidade planeada. É da relação entre estas formas de ação coletiva e a possibilidade de transformação das relações de poder e da organização espacial que origina o carácter político das intervenções artísticas urbanas.

3.5. Politização pela via da ação mediadora

Fruto da sua constituição como plataforma para a discussão e confronto de visões para a cidade e para o espaço público, as intervenções dos Jardins Efémeros situam-se numa posição mediadora entre as aspirações da comunidade local, as visões do tecido cultural independente e os planos do poder público. Tal posição permite a proposta e instituição de práticas e intervenções formalizadas e duradouras, geralmente sancionadas pelo poder público. Um caso exemplar são as várias decisões relativas à organização do espaço da Praça D. Duarte e do Largo Pintor Gata por parte da Câmara Municipal de Viseu.

O jardim público e aberto que, na semana do festival, é criado no coração do CHV responde a uma necessidade sentida pela comunidade e identificada pela organização do festival: o recuo do espaço público e apropriável perante o avanço dos espaços de consumo privado e da votação da Praça ao trânsito automóvel. A suspensão dos ritmos quotidianos e a ambiência criada pela intervenção demonstra as possibilidades da Praça enquanto espaço convivial, introduzindo uma forma de estar nos mesmos e com os outros que é mediada pela prática artística e não pelos consumos privados.

Estas ações, embora temporárias, expandem as possibilidades dos usos e configurações do espaço, assumindo um carácter propositivo e materializando uma resposta a uma necessidade específica. A um título mais duradouro, estas propostas encontram tradução na definição de intervenções formalizadas por parte da autarquia e que preveem o reforço da dimensão convivial do espaço público do CHV: alguns exemplos são a



decisão de cortar o trânsito na Praça - durante os meses de verão; a colocação de bancos e canteiros no Largo Pintor Gata; ou a encomenda de um projeto de intervenção paisagística na Praça D. Duarte.

Porque os Jardins têm esta coisa extraordinária, que é: sugerimos, não é? Olhem para isto! É possível fazer isto! É possível isto ser melhor! É possível isto ser diferente! (H2).

Pelo menos os moradores com quem eu vou tendo contacto, que até gostam de ter o trânsito cortado. Porque ver as nossas crianças a brincar livres na Praça D. Duarte é maravilhoso. Poder estar na esplanada e a tua filha poder estar a correr na Praça, e a brincar e a aproveitar o próprio bairro é absolutamente maravilhoso (H1).

Esta influência é também visível na colocação de elementos decorativos na Praça, por parte da Câmara Municipal, nos dois anos em que o festival esteve suspenso. A situação descrita aponta para dois aspetos: um é a importância que as ambiências criadas pelas intervenções do festival adquirem na estruturação dos ritmos do espaço público. Outro é o carácter político assumido pelo festival enquanto ação propositiva, capaz de influenciar decisões políticas de organização e desenho dos espaços públicos.



Figura 64. Apropriação e fruição do espaço público do Largo Pintor Gata no contexto dos JE

Fonte: observação direta da 8ª edição dos JE. Fotografia da autora (2018).

Figura 65. Exemplo da colocação de elementos decorativos na Praça D. Duarte (esquerda) e da introdução de mobiliário urbano no Largo Pintor Gata (direita)

Fonte: observação direta. Fotografias da autora (2020 e 2019, respetivamente).



4. Conclusão

Enquanto estratégia integrante dos processos de culturalização, os Jardins Efémeros adquirem um carácter ambivalente, restringindo, ao mesmo tempo que possibilitam, diferentes configurações para a organização, vivência e apropriação do espaço público; representando simultaneamente uma ação de reforço e reprodução e de disrupção e resistência a tendências que resultam na retração do espaço público enquanto espaço político. Embora a culturalização urbana seja operada por atores com referentes distintos, a sua atuação é guiada para a produção de consensos, assente num ideário dominante do que deve ser a cidade e a sua relação com a cultura. Porém, este consenso é em si politizante, por não ser absoluto: embora se gere um discurso dominante, este alimenta-se de intenções, discursos e práticas contrastantes.

Embora a intervenção artística retraduz a discursos políticos, económicos e culturais que circulam a uma escala mais alargada e que reproduzem algumas das tendências higienizadoras e excludentes associadas à culturalização urbana, ela adquire uma dimensão política porquanto atua no campo da produção de sentidos e significados. Não obstante o seu carácter potencialmente impositivo, a intervenção artística gera diálogos, aproximações, colaborações, tensões, conflitos que, no seu despoletar, fazem o inverso deste consenso dominante: geram novas dinâmicas de resignificação do espaço e diversidade interpretativa, que não estão necessariamente alinhadas com o consenso dominante, atestando assim o seu carácter político e politizante do espaço.

Agradecimentos

A autora agradece aos participantes locais, nomeadamente à organização do festival e aos residentes e comerciantes do Centro Histórico de Viseu, que amavelmente cederam o seu tempo e contribuíram para um melhor entendimento dos processos e estratégias de culturalização que têm vindo a moldar o seu espaço quotidiano.

Referências Bibliográficas

- Arendt, H. (2001). *A condição humana*. Lisboa: Relógio D'Água Editores.
- Bauman, Z. (2011). *Culture in a liquid modern world*. Cambridge: Polity Press.
- Bell, D., Jayne, M. (Eds.). (2006). *Small cities. Urban experience beyond the metropolis*. London: Routledge.
- Conde, I. (1996). Cenários de práticas culturais em Portugal (1979-1995). *Sociologia – Problemas e Práticas*, 23, 117-188. <https://repositorio.iscte-iul.pt/handle/10071/864?mode=full>.
- Deutsche, R. (1992). Art and public space: questions of democracy. *Social Text*, 33, 34-53. <https://doi.org/10.2307/466433>.
- Duxbury, N. (2012). Shifting strategies and contexts for culture in small city planning. Interlinking quality of life, economic development, downtown vitality and community sustainability. In A. Lorentzen & B. van Heur (Eds.). *Cultural political economy in small cities*. (pp. 161-178). London: Routledge.
- Habermas, J. (1991). *The structural transformation of the public sphere*. Massachusetts: MIT Press.
- Hardoy, J. & Satterthwaite, D. (Eds.). (1986). *Small and intermediate urban centres. Their role in national and regional development in the third world*. London: Hodder and Stoughton.
- Harvey, D. (1989). *The condition of postmodernity. An enquiry into the origins of cultural change*. Cambridge: Blackwell Publishers.
- Indovina, F. (2002). O espaço público: tópicos sobre a sua mudança. *Cidades – Comunidades e Territórios*, 5, 119-123.
- Jacobs, R. (2012). Entertainment media and the aesthetic public sphere. In J. C. Alexander, R. N. Jacobs & P. Smith (Eds.). *The Oxford Handbook of Cultural Sociology*. (pp. 1-26). New York: Oxford University Press.
- Lipovetsky, G. (2017). *A felicidade paradoxal. Ensaio sobre a sociedade do hiperconsumo*. Lisboa: Edições 70.
- Lisle, D. (2011). The Surprising Detritus of Leisure: Encountering the Late Photography of War. *Environment and Planning: Society and Space*, 29(5), 873-890. <https://doi.org/10.1068/d9910>.
- Miles, M. (2005). *Art, space and the city. Public art and urban futures*. London, New York: Routledge.
- Möller, F. (2016). *Politics and Art*. New York: Oxford University Press.
- Narciso, C. (2009). Espaço público: Ação política e práticas de apropriação. Conceito e procedências. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, 9(2), 2065-291. <https://doi.org/10.12957/epp.2009.9102>.
- Peixoto, P. (2003). Centros históricos e sustentabilidade cultural das cidades. *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, 13, 211-226.
- Rancière, J. (2010). *Chronicles of consensual times*. London, New York: Continuum International Publishing Group.
- Reckwitz, A. (2017). *The invention of creativity. Modern society and the culture of the new*. Cambridge: Polity Press.
- Swyngedouw, E. (2007). The post-political city. *Urban Politics Now: Re-Imagining Democracy in the Neo-Liberal City*, 58-76.
- Zukin, S. (1995). *The Cultures of Cities*. Cambridge: Blackwell.



